

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 2, DE 18 DE SETEMBRO DE 1991.



--

ALTERA, ACRESCENTA E SUPRIME DISPOSITIVOS À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA aprovou e eu Presidente, promulgo, a seguinte EMENDA ao texto da Lei Orgânica do Município:

Art. 1º Os dispositivos da **Lei Orgânica** do Município de Araucária, abaixo enumerados, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 56. ...

Incisos ...

XIII - Determinar a publicidade de atos administrativos de interesse geral, na forma da Legislação;

XVII - Autorizar o uso de bens municipais por terceiros na forma prevista nesta Lei;

XXX - Aprovar projetos técnicos, loteamentos, arruamentos, divisões, subdivisões e unificações de áreas;

XXXII - Denominar os próprios e logradouros públicos, mediante DECRETO, sem prejuízo de igual iniciativa da Câmara Municipal;

XLIV - O Prefeito Municipal poderá delegar por DECRETO aos Secretários, as atribuições indicadas nos incisos I, XIII, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIV, XXV, XXIX, XXX, XLII, XLIII."

"Art. 72. ...

§ 2º O tempo de serviço Federal, Estadual ou Municipal será computado integralmente para efeito de aposentadoria e disponibilidade."

"Art. 77. Os serviços públicos municipais serão executados mediante concessão, permissão e autorização, dispensada a prévia licitação exclusivamente em relação à última modalidade."

"

Capítulo IV

DOS BENS MUNICIPAIS"

"Seção I"

"Art. 80. Constituem bens municipais todos os que, a qualquer título, pertençam ao Município.

§ 1º Classificam-se os bens públicos do Município:

I - De uso comum do povo;

II - De uso especial;

III - Os dominiais.

§ 2º O uso dos bens públicos municipais pode ser gratuito ou oneroso, conforme dispõe esta LEI."

"Art. 81. ..."

"Art. 82. A alienação e aquisição de bens imóveis municipais, subordinados a existência de interesse público devidamente justificado, serão precedidas de prévia avaliação e obedecerão as seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerão de autorização legislativa e de licitação, dispensada:

- a) A licitação, no caso de permuta;
- b) A licitação e autorização legislativa, na aquisição por doação sem encargo e na reaquisição do domínio útil de imóvel sob o regime enfiteutico;
- c) A licitação quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, órgão e entidade de administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

II - Quando móveis, dependerão de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

- a) Doação daqueles inservíveis para o serviço público, permitida exclusivamente para fins de interesse social;
- b) Permuta;
- c) Ações a serem negociadas na bolsa de valores.

§ 1º O Município, preferencialmente a venda de bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência, dispensada esta quando houver relevante interesse público devidamente justificado.

§ 2º.."

"

SEÇÃO II DO USO DOS BENS"

"Art. 83. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser outorgado mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público justificado.

§ 1º A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial ou dominial dependerá de autorização legislativa e de concorrência, dispensada esta quando houver interesse público devidamente justificado.

§ 2º A concessão administrativa de bens de uso comum do povo, somente será outorgada mediante autorização legislativa.

§ 3º A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada sempre a título precário.

§ 4º A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada para atividades específicas e transitórias, por prazo não superior a sessenta dias.

§ 5º As avaliações previstas neste capítulo serão apresentadas através de laudo técnico por órgão competente da Prefeitura Municipal e acompanhada por Comissão Especial, designada pela Câmara Municipal para este fim específico, ou por perito devidamente cadastrado e qualificado.

§ 6º O Município facilitará a utilização dos bens municipais pela comunidade para atividades culturais, educacionais e esportivas na forma desta LEI.

§ 7º Os bens municipais para serem considerados inservíveis, deverão ser submetidos a vistoria com expedição de laudo técnico, indicando o estado, com máximo detalhamento, de todos os acessórios e componentes que o compõem."

"Art. 120. ...

III - O Projeto de LEI Orçamentária será encaminhado até três meses antes do encerramento do exercício financeiro, e devolvido para sanção até o encerramento da Sessão Legislativa."

"Art. 149. Revogado."

"Art. 150. O Executivo Municipal, no prazo de doze meses após a promulgação desta EMENDA, enviará à Câmara Municipal para apreciação os Códigos de Postura, Sanitário e Tributação."

Art. 2º Esta EMENDA entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Araucária, em 18 de setembro de 1991.

ADEMIR PAIOLA
Presidente

[Download do documento](#)